

Conclusão

Como nos diria Morgenthau (1963), a racionalidade da política externa australiana para o Timor Leste se pautou em sua própria moral e propósitos práticos. Durante todos esses vinte e quatro anos, a Austrália atribuiu prioridade aos seus interesses de diferentes ordens, relegando a um segundo plano os valores morais e éticos “universais” de respeito aos direitos humanos e à auto-determinação do povo do Timor Leste.

A postura da Austrália com relação ao Timor Leste foi, em grande medida, condicionada por sua posição no sistema internacional, assim como por suas capacidades relativas de poder, tanto durante a Guerra Fria quanto no período posterior. Nesse sentido, a sua aliança estratégica com os Estados Unidos e a busca de um bom relacionamento com a vizinha Indonésia influenciaram fortemente a sua política.

A invasão do Timor Leste pela Indonésia ocorre em pleno contexto de Guerra Fria, em que a Austrália mantinha uma forte aliança com os Estados Unidos. Os Estados Unidos encaravam a possível independência do Timor Leste como um perigo, devido ao fato da Fretilin, o mais popular dos partidos políticos, ser influenciado por ideais comunistas. A chegada ao poder em Portugal (na esteira da Revolução dos Cravos) de um governo social-democrata também gerava desconfiança. Nesse momento, em que balança de poder era mantida através do equilíbrio dos dois blocos geopolíticos subordinados às superpotências nucleares, cabia à Austrália (que já havia se envolvido no Vietnã como aliada dos Estados Unidos) dar suporte à posição norte-americana de apoio ou ao menos “complacência” com a invasão.

Os países do bloco ocidental, muito preocupados com a vitória do comunismo em partes da África e da Ásia durante esse período, consideravam a incorporação do Timor Leste à Indonésia a melhor solução para o conflito. A vitória do comunismo na Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) e sua possível expansão pela região, colocaria em cheque o equilíbrio de poder no subsistema da Ásia do Pacífico. Em função disso, era importante apoiar a Indonésia, que, desde

1965, tinha um governo pró-ocidental e era uma importante aliada no combate ao comunismo na região.

Se a posição da Austrália foi, em grande parte, influenciada pela sua relação com os Estados Unidos, o desejo de estreitar relações com a Indonésia também era muito grande. Em primeiro lugar, a Austrália (que possui um território escassamente povoado) nutria preocupações com relação à sua segurança, em função da capacidade militar e do contingente populacional da poderosa vizinha indonésia. Camberra se preocupava principalmente com as conseqüências que poderiam advir de conflitos na fronteira entre Papua Nova Guiné e Irian Java. Em segundo lugar, tinha interesses econômicos em um relacionamento com a Indonésia, tanto em termos de comércio, quanto na exploração de recursos naturais no Mar do Timor.

Ainda na década de 1970, o governo australiano já afirmava a inevitabilidade do controle indonésio sobre o território do Timor Leste. Visando principalmente a exploração de petróleo no Timor Gap, em 1979, a Austrália reconhecia *de jure* a soberania indonésia sobre o que seria a sua vigésima sétima província. Foi o único país a manifestar esse reconhecimento. As Nações Unidas nunca reconheceram a soberania indonésia, mantendo o Timor Leste na lista dos territórios não-autônomos.

Tanto durante a década de 1980 (enquanto Austrália e Indonésia negociavam a delimitação das fronteiras no Mar do Timor), quanto na maior parte da década de 1990, a Austrália se manteve totalmente acomodada em relação a situação do Timor Leste, tratando a incorporação do território a *fait accompli*, mesmo diante das fortes denúncias de desrespeito aos direitos humanos por parte do exército indonésio. Embora o discurso do Ministro do Exterior, Gareth Evans, se pautasse no papel da Austrália como um “*good international citizen*”, que deveria estar em sintonia com as normas de direitos humanos e com fortalecimento das instituições multilaterais, na prática, o país não colocava em perigo os seus interesses vitais de segurança na perseguição de “valores morais”. Em última instância, a Austrália dava prioridade ao seu interesse nacional, e este, no caso específico do Timor Leste, não era compatível com o apoio à luta desse povo pela auto-determinação.

Somente no final da década de 1990, quando a Indonésia inicia negociações com Portugal (sob a égide da ONU) sobre o *status* futuro do

território, a Austrália volta a se envolver com a questão. O país, contrário à independência do território, tentava influenciar as discussões de uma forma que pudesse garantir os seus interesses. Se colocando inicialmente de maneira cautelosa, o governo Howard sugeria uma solução de longo prazo para a questão. Todavia, a inesperada declaração de Habibie em janeiro de 1999, de que a rejeição de sua oferta de autonomia poderia resultar na independência do Timor Leste, modifica a situação e coloca a Austrália diante de um fato que não poderia ser ignorado. Nesse sentido, acreditamos que essa inflexão na política externa (a partir de um maior engajamento) foi muito mais uma reação ao comportamento de Jacarta, do que uma mudança radical no seu posicionamento político em relação à temática do Timor Leste.

Durante as negociações para a realização do referendo, o governo australiano possuía informações que comprovavam a relação estreita entre o exército indonésio e grupos milicianos no Timor Leste, e que sugeriam que os primeiros patrocinariam a terrível violência dos segundos contra os eleitores timorenses favoráveis a independência. Todavia, a Austrália não as divulgou, se mantendo como uma espécie de “cúmplice” da Indonésia.

Somente após o genocídio que se seguiu ao anúncio do resultado da consulta popular no Timor Leste é que a Austrália se colocou firmemente a favor de uma intervenção internacional (ainda que considerando essencial o consentimento indonésio). Apenas nesse momento, em que a comunidade internacional pressionou o governo indonésio para que aceitasse a intervenção, é que a Austrália se posicionou de fato de forma contrária aos interesses indonésios.

Nesse contexto de total instabilidade no Timor Leste e também de enfraquecimento do poder indonésio (desde 1997/1998, a partir da crise financeira asiática), a Austrália considerou ser importante fortalecer a sua posição de potência com responsabilidade regional frente aos outros atores regionais, e principalmente, em relação aos Estados Unidos, seu grande aliado. Além disso, existia também o interesse em garantir a manutenção da exploração de petróleo pelas empresas australianas no Timor Gap.

É importante destacar que a política externa australiana esteve ao longo desses vinte e quatro anos, inclusive no seu momento de inflexão, em consonância com o seu interesse nacional de maximização da segurança e de benefícios econômicos, e não baseada em princípios morais universais. Isso fica muito claro

quando comparamos o posicionamento diferenciado da Austrália em relação à invasão indonésia no Timor Leste e a invasão do Kuwait pelo Iraque. Duas declarações são emblemáticas dessa diferença. A primeira é de Bob Hawke, Primeiro-Ministro da Austrália em 1990, referindo-se à invasão do Kuwait:

“É importante para a Austrália que o mundo compreenda que os países grandes não podem invadir seus vizinhos pequenos impunemente” (SANTANA, 1997, p.47).

E a segunda é de um funcionário graduado do Ministério das Relações Exteriores da Austrália, em meados da década de 1970:

“Não vejo porque tanto barulho! O fato real é que só existem 700 mil timorenses; nós estamos preocupados mesmo é com nosso relacionamento com 130 milhões de indonésios” (SANTANA, 1997, p.47).